

ANDRADE, Adriano; MASSON, Cleber; ANDRADE, Landolfo. **Interesses difusos e coletivos - v. 1**: fundamentos de direito coletivo; ação civil pública; ação popular; mandado de segurança coletivo; direito do consumidor; improbidade administrativa. 8. ed. Rio de Janeiro: Gen, Método, 2018. 1001 p. --- *Localização: 342.72/.73(81) / An24in / v.1 / 8.ed*

ABREVIATURAS	XXXIII
CAPÍTULO 1 - FUNDAMENTOS DE DIREITO COLETIVO	1
1.1 Evolução Histórica dos Direitos Humanos.....	3
1.1.1 Direitos humanos de primeira geração (ou de primeira dimensão)	3
1.1.2 Direitos humanos de segunda geração (ou de segunda dimensão)	4
1.1.3 Direitos humanos de terceira geração (ou de terceira dimensão)	5
1.1.4 Direitos humanos de quarta geração (ou de quarta dimensão)	6
1.1.5 Direitos humanos de quinta geração (ou de quinta dimensão)	7
1.1.6 Quadro-resumo das três primeiras gerações/dimensões.....	7
1.2 Surgimento e Evolução do Direito Coletivo.....	8
1.2.1 Antecedentes remotos do processo coletivo	9
1.2.2 As mudanças socioeconômicas e o reflexo no direito material ao longo do século XX.....	9
1.2.3 Os desafios do processo tradicional em face do novo contexto socioeconômico e jurídico-material, e o surgimento do processo de massa	11
1.2.4 Evolução do processo coletivo na legislação brasileira.....	15
1.3 Definições e Terminologia	17
1.3.1 Interesse e direito subjetivo	17

1.3.2	Por que a CF/88 e o CDC referem-se à defesa tanto de interesses como de direitos?.....	18
1.3.3	Interesse público x interesse privado.....	19
1.3.4	Direito público x direito privado.....	20
1.3.5	Interesses transindividuais: objeto do direito coletivo.....	21
1.3.6	Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos	22
1.3.6.1	Interesses difusos	24
1.3.6.2	Interesses coletivos <i>stricto sensu</i>	28
1.3.6.3	Interesses individuais homogêneos.....	32
1.3.6.4	Considerações finais sobre direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos	37
CAPÍTULO 2 – AÇÃO CIVIL PÚBLICA		45
2.1	Considerações Iniciais.....	47
2.1.1	Princípios do Direito Processual Coletivo Comum.....	47
2.1.1.1	Princípio do acesso à justiça	48
2.1.1.2	Princípio da universalidade da jurisdição.....	49
2.1.1.3	Princípios da participação no processo e pelo processo	49
2.1.1.4	Princípio da economia processual.....	50
2.1.1.5	Princípio do interesse jurisdicional no conhecimento do mérito do processo coletivo.....	50
2.1.1.6	Princípio da máxima prioridade jurisdicional da tutela coletiva.....	51
2.1.1.7	Princípio da disponibilidade motivada da ação coletiva.....	51
2.1.1.8	Princípio da não taxatividade da ação coletiva....	52
2.1.1.9	Princípio do máximo benefício da tutela jurisdicional coletiva comum.....	52
2.1.1.10	Princípio da máxima amplitude do processo coletivo.....	53
2.1.1.11	Princípio da obrigatoriedade da execução coletiva pelo Ministério Público	53
2.1.1.12	Princípio da ampla divulgação da demanda	54
2.1.1.13	Princípio da informação aos órgãos legitimados.	55

2.1.1.14	Princípio da maior coincidência entre o direito e sua realização.....	55
2.1.1.15	Princípio da integração entre a LACP e o CDC....	56
2.1.2	Ação civil pública ou ação coletiva?	57
2.1.3	Natureza jurídica: norma de direito material ou de direito processual?	60
2.2	A Influência das <i>Class Actions</i>	61
2.2.1	Pressuposto da comunhão de questões de fato ou de direito.....	61
2.2.2	Legitimidade ativa	62
2.2.3	Coisa julgada	62
2.2.4	Pressuposto da representatividade adequada (<i>adequacy of representation</i>).....	63
2.2.5	<i>Opt-out e opt-in</i>	64
2.2.6	Legitimação passiva.....	65
2.2.7	<i>Fluid recovery</i>	65
2.2.8	Resumo das principais influências das <i>class actions</i> da <i>Rule 23</i> sobre nossas ações civis públicas	66
2.2.9	Resumo das principais diferenças entre as <i>class actions</i> da <i>Rule 23</i> e nossas ações civis públicas.....	66
2.3	Condições da Ação.....	67
2.3.1	Legitimidade <i>ad causam</i>	68
2.3.1.1	Legitimidade ativa.....	68
2.3.1.2	Legitimidade passiva	113
2.3.2	Interesse processual	115
2.4	Elementos da Ação	116
2.4.1	Partes	116
2.4.2	Causa de pedir	117
2.4.3	Pedido	119
2.4.3.1	Objeto imediato.....	119
2.4.3.2	Objeto mediato.....	126
2.4.3.3	Controle de constitucionalidade	127
2.4.3.4	Controle judicial de políticas públicas	129
2.4.3.5	Questões tributárias, contribuições previdenciárias, FGTS e outros fundos.....	136

2.5	Competência	137
2.5.1	Competência originária nos tribunais de superposição	138
2.5.2	Competência de jurisdição.....	141
2.5.2.1	Justiça Especial x Justiça Comum	141
2.5.2.2	Justiça Comum: Justiça Federal x Justiças Estaduais ou Distrital	143
2.5.3	Competência originária na respectiva Justiça	150
2.5.4	Competência de foro (ou territorial)	151
2.5.4.1	Regra geral	151
2.5.4.2	Regras específicas.....	158
2.5.5	Competência de juízo	159
2.5.5.1	Juizados Especiais Cíveis Federais	160
2.5.5.2	Juizados Especiais Cíveis Estaduais	160
2.5.6	Competência interna	161
2.5.7	Competência recursal.....	162
2.6	Litisconsórcio, Intervenção de Terceiros e Oposição	162
2.6.1	Litisconsórcio e assistência.....	162
2.6.1.1	Noções preliminares	162
2.6.1.2	Litisconsórcio ativo inicial de colegitimados.....	164
2.6.1.3	Litisconsórcio ativo superveniente de colegitimados	164
2.6.1.4	Litisconsórcio ativo entre Ministérios Públicos ...	166
2.6.1.5	Assistência simples de não colegitimados.....	168
2.6.1.6	Litisconsórcio e assistência litisconsorcial de não colegitimados	168
2.6.1.7	Facultatividade do litisconsórcio passivo em ações ambientais.....	172
2.6.2	Denúnciação da lide.....	173
2.6.3	Chamamento ao processo	174
2.6.4	<i>Amicus curiae</i>	176
2.7	Conexão, Continência e Litispendência	178
2.7.1	Conexão e continência.....	178
2.7.1.1	Efeito da conexão ou continência: prorrogação da competência	180
2.7.2	Litispendência.....	184
2.7.2.1	Efeito da litispendência.....	185

2.7.3	Conexão, continência e litispendência entre ações civis públicas e ações individuais	185
2.7.3.1	Incidente de resolução de demandas repetitivas..	188
2.8	Inquérito Civil e Outros Meios de Prova.....	190
2.8.1	Instrução da petição inicial	190
2.8.1.1	As ferramentas do Ministério Público: inquérito civil e procedimento preparatório	190
2.8.1.2	As ferramentas dos demais legitimados: requerimentos de certidões ou informações	226
2.8.2	Instrução ao longo do processo.....	228
2.8.2.1	Ônus da prova no processo coletivo	228
2.9	Particularidades Procedimentais	238
2.9.1	O edital nas ações sobre interesses individuais homogêneos	239
2.9.2	Tutelas provisórias	239
2.9.2.1	Tutelas de urgência.....	240
2.9.2.2	Tutelas de evidência	245
2.9.2.3	Limitações	246
2.9.2.4	Meios de impugnação	250
2.9.3	Desistência e abandono	255
2.9.4	Reconvenção	258
2.10	Resolução Amigável dos Conflitos	260
2.10.1	Autocomposição extrajudicial: o compromisso de ajustamento de conduta.....	265
2.10.1.1	Previsão legal	266
2.10.1.2	Legitimação	266
2.10.1.3	Natureza jurídica.....	268
2.10.1.4	Objeto.....	269
2.10.1.5	Cominações.....	271
2.10.1.6	Compromisso de ajustamento tomado em um inquérito civil ou em um procedimento preparatório	272
2.10.1.7	Compromisso de ajustamento de conduta preliminar	274
2.10.1.8	Complementação, impugnação e substituição do compromisso.....	275
2.10.1.9	Acompanhamento e execução	278

2.10.2	Autocomposição judicial	282
2.11	Sentença, Meios de Impugnação e Coisa Julgada	284
2.11.1	Sentenças coletivas.....	284
2.11.1.1	Obrigações de fazer ou não fazer.....	285
2.11.1.2	Obrigações de pagar.....	287
2.11.2	Impugnação	289
2.11.2.1	Recursos.....	289
2.11.2.2	Pedido de suspensão da execução da sentença não transitada em julgado.....	291
2.11.3	Coisa julgada	290
2.11.3.1	Coisa julgada nas ações coletivas sobre interesses difusos e coletivos.....	293
2.11.3.2	Coisa julgada nas ações coletivas sobre interesses individuais homogêneos	294
2.11.3.3	O emprego legal das expressões <i>erga omnes</i> e <i>ultra partes</i>	295
2.11.3.4	Coisa julgada material <i>secundum eventum litis</i> e <i>secundum eventum probationis</i>	296
2.11.3.5	Transporte da coisa julgada <i>in utilibus</i>	297
2.11.3.6	Implicações do estágio do processo coletivo em relação ao estágio do processo individual.....	304
2.11.3.7	Limites territoriais e subjetivos da coisa julgada	305
2.12	Liquidação e Execução de Sentenças	310
2.12.1	Direitos difusos e direitos coletivos	311
2.12.1.1	Legitimidade	311
2.12.1.2	Competência	312
2.12.1.3	Procedimento.....	312
2.12.2	Direitos individuais homogêneos.....	315
2.12.2.1	Liquidação e execução individuais	315
2.12.2.2	Liquidação e execução coletivas.....	319
2.12.2.3	<i>Fluid recovery</i> segundo o CDC.....	320
2.12.2.4	Sistema da Lei 7.913/1989.....	323
2.12.2.5	Prioridade dos créditos de direitos individuais homogêneos	324

2.13	Fundos de Direitos Difusos	324
2.13.1	Fundo federal e fundos estaduais de reparação dos interesses difusos	324
2.13.2	As normas de regência	325
2.13.3	Fontes de receita	325
2.13.4	Aplicação dos recursos	326
2.13.5	Fundos assemelhados	327
2.14	Considerações Finais	327
2.14.1	Ministério Público como fiscal da lei	327
2.14.2	Não adiantamento das custas e despesas processuais	328
2.14.3	Ônus da sucumbência	331
2.14.4	Litigância de má-fé	332
2.14.5	Prescrição	334
2.14.6	Oposição	337
CAPÍTULO 3 – AÇÃO POPULAR		339
3.1	Considerações Iniciais	341
3.2	Condições da Ação	342
3.2.1	Legitimidade <i>ad causam</i>	342
3.2.1.1	Legitimidade ativa	342
3.2.1.2	Legitimidade passiva	345
3.2.2	Interesse processual	351
3.3	Elementos da Ação	353
3.3.1	Partes	353
3.3.2	Causa de pedir	353
3.3.3	Pedido	359
3.3.3.1	Objeto imediato	359
3.3.3.2	Objeto mediato	362
3.4	Competência	364
3.5	Conexão, Continência e Litispendência	370
3.6	Prova	372
3.6.1	Considerações gerais	372
3.6.2	Crime do art. 8.º da LAP	373

3.7	Particularidades Procedimentais	375
3.7.1	Liminares.....	375
3.7.2	Requisição de documentos e certidões.....	377
3.7.3	Citação dos beneficiários e responsáveis.....	378
3.7.4	Prazo para contestar.....	379
3.7.5	Possíveis atitudes para a entidade cujo ato é impugnado	379
3.7.6	Demais peculiaridades	381
3.8	Atuação do Ministério Público	382
3.8.1	Fiscal da lei.....	383
3.8.2	Órgão ativador da prova e auxiliar do autor popular	384
3.8.3	Sucessor do autor.....	385
3.8.4	Outras funções	386
3.9	Sentença, Meios de Impugnação e Coisa Julgada	387
3.10	Liquidação e Execução de Sentenças	390
3.11	Considerações Finais.....	393
CAPÍTULO 4 – MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO		397
4.1	Considerações Iniciais.....	399
4.2	Pressupostos	402
4.2.1	Pressupostos dos mandados de segurança individuais e coletivos	402
4.2.1.1	Ato de autoridade.....	402
4.2.1.2	Ilegalidade ou abuso de poder.....	403
4.2.1.3	Lesão ou ameaça de lesão	404
4.2.1.4	Direito líquido e certo	404
4.2.1.5	Não cabimento de <i>habeas corpus</i> ou <i>habeas data</i>	405
4.2.2	Pressuposto específico do mandado de segurança coletivo...	405
4.3	Competência	408
4.4	Condições da Ação.....	410
4.4.1	Legitimidade <i>ad causam</i>	410
4.4.1.1	Legitimidade ativa.....	410
4.4.1.2	Legitimidade passiva	419
4.4.2	Interesse processual	421

4.5	Elementos da Ação, Litisconsórcio e Intervenção de Terceiros.....	423
4.5.1	Elementos da ação.....	423
4.5.1.1	Partes.....	423
4.5.1.2	Causa de pedir.....	423
4.5.1.3	Pedido.....	424
4.5.2	Litisconsórcio.....	427
4.5.3	Intervenção de terceiros.....	427
4.6	Conexão, Continência e Litispendência.....	428
4.7	Procedimento.....	430
4.7.1	Petição e despacho iniciais.....	430
4.7.1.1	Liminares: aspectos gerais.....	432
4.7.1.2	Liminares: limitações.....	433
4.7.1.3	Liminares: impugnação.....	434
4.7.2	Desistência.....	437
4.7.3	Celeridade na tramitação.....	438
4.7.4	Defesa oral nos tribunais.....	438
4.8	A Atuação do Ministério Público.....	438
4.9	Sentença, Meios de Impugnação e Coisa Julgada.....	440
4.9.1	Peculiaridades da coisa julgada no mandado de segurança coletivo.....	444
4.10	Execução de Sentenças.....	448
4.11	Considerações Finais.....	450
CAPÍTULO 5 - DIREITO DO CONSUMIDOR.....		453
5.1	Noções Introdutórias.....	455
5.1.1	Conceito.....	455
5.1.2	Alocação na teoria geral do direito.....	455
5.1.3	Relações do direito do consumidor com outros ramos do direito.....	456
5.1.3.1	Com o Direito Constitucional.....	456
5.1.3.2	Com o Direito Administrativo.....	456
5.1.3.3	Com o Direito Processual.....	457
5.1.3.4	Com o Direito Penal.....	458
5.1.3.5	Com o Direito Internacional.....	458

5.1.3.6	Com o Direito Civil.....	462
5.1.4	Origens históricas.....	464
5.1.4.1	Análise histórica da relação de consumo.....	464
5.1.4.2	O Direito do Consumidor como resposta legal protetiva.....	464
5.1.5	Finalidade do direito do consumidor.....	466
5.2	Fundamento Constitucional.....	467
5.2.1	Introdução.....	467
5.2.2	A proteção do consumidor como direito fundamental.....	467
5.2.2.1	Noção de direito fundamental.....	467
5.2.2.2	A importância do art. 5.º, XXXII, da CF.....	468
5.2.3	A proteção do consumidor como princípio da ordem econômica.....	470
5.2.4	A proteção infraconstitucional do consumidor (art. 48 do ADCT).....	470
5.2.5	Competência legislativa concorrente.....	471
5.3	O Código Brasileiro de Defesa do Consumidor.....	473
5.3.1	Influências do direito comparado.....	473
5.3.2	Microssistema jurídico.....	474
5.3.3	Lei principiológica.....	474
5.3.4	Normas de ordem pública e interesse social.....	475
5.3.5	A aplicação da Lei 8.078/1990 no tempo.....	477
5.3.6	Política nacional de relações de consumo.....	479
5.3.6.1	Objetivos.....	479
5.3.6.2	A importância sistemática do art. 4.º do CDC....	479
5.3.7	O diálogo das fontes.....	480
5.3.7.1	Introdução.....	480
5.3.7.2	O diálogo entre o Código de Defesa do Consumidor e o Código Civil.....	482
5.3.7.3	O diálogo entre o CDC e a legislação especial....	484
5.4	Princípios Gerais do Direito do Consumidor.....	486
5.4.1	Noção de princípios de direito.....	486
5.4.2	Princípios e cláusulas gerais: distinção.....	487
5.4.3	Princípios em espécie.....	487
5.4.3.1	Princípio da vulnerabilidade.....	488

5.4.3.2	Princípio da defesa do consumidor pelo Estado....	491
5.4.3.3	Princípio da harmonização	491
5.4.3.4	Princípio da boa-fé objetiva.....	492
5.4.3.5	Princípio do equilíbrio.....	496
5.4.3.6	Princípio da transparência	496
5.4.3.7	Princípio da confiança	497
5.4.3.8	Princípio do combate ao abuso	498
5.4.3.9	Princípio da educação e informação.....	499
5.4.3.10	Princípio da precaução	500
5.5	Direitos Básicos do Consumidor	502
5.5.1	Introdução.....	502
5.5.2	Direito à vida, saúde e segurança.....	503
5.5.3	Direito à educação.....	504
5.5.4	Direito à liberdade de escolha.....	505
5.5.5	Direito à igualdade nas contratações.....	505
5.5.6	Direito à informação.....	506
5.5.7	Direito à proteção contra práticas e cláusulas abusivas	508
5.5.8	Direito à modificação e revisão das cláusulas contratuais.....	509
5.5.9	Direito à efetiva prevenção e reparação dos danos materiais e morais	514
5.5.9.1	Reparação do dano moral.....	515
5.5.9.2	A questão do dano moral coletivo.....	517
5.5.9.3	Pedido genérico em ação de indenização por danos materiais e morais.....	520
5.5.10	Direito de acesso à justiça	521
5.5.11	Direito à inversão do ônus da prova	521
5.5.11.1	Requisitos	522
5.5.11.2	Verossimilhança da alegação	523
5.5.11.3	Hipossuficiência.....	525
5.5.11.4	Hipossuficiência e vulnerabilidade: distinção.....	526
5.5.11.5	Momento da inversão do ônus da prova	526
5.5.11.6	A questão do custeio das provas	529
5.5.11.7	Efeitos da inversão.....	530
5.5.12	Direito à prestação adequada e eficaz de serviços públicos..	532

5.6	Campo de Aplicação do CDC.....	532
5.6.1	A relação jurídica de consumo	532
5.6.2	Conceito de consumidor.....	533
5.6.2.1	O consumidor <i>standard</i> ou <i>stricto sensu</i>	533
5.6.2.2	O consumidor equiparado	537
5.6.3	Conceito de fornecedor	541
5.6.3.1	Definição jurídica.....	541
5.6.3.2	Atividade profissional.....	542
5.6.3.3	Atividade desenvolvida no mercado de consumo....	543
5.6.3.4	Técnica de responsabilização dos fornecedores no CDC	544
5.6.4	Conceito de produto	544
5.6.5	Conceito de serviço.....	546
5.6.5.1	Definição jurídica.....	546
5.6.5.2	Atividade remunerada.....	546
5.6.5.3	Serviços bancários, financeiros, de crédito e securitários.....	547
5.6.5.4	Serviços públicos.....	549
5.7	Proteção à Saúde e Segurança do Consumidor	553
5.7.1	Prevenção	553
5.7.2	Riscos normais e previsíveis	554
5.7.3	Produto ou serviço potencialmente nocivo ou perigoso	555
5.7.4	Periculosidade exagerada.....	556
5.7.5	O <i>recall</i>	557
5.8	Responsabilidade Civil nas Relações de Consumo.....	558
5.8.1	Noções introdutórias.....	558
5.8.2	Fundamento da responsabilidade objetiva no CDC.....	559
5.8.3	Sistemática do CDC.....	559
5.8.4	Teoria da qualidade.....	560
5.8.5	Defeito e vício: distinção.....	562
5.8.6	Responsabilidade pelo fato do produto.....	563
5.8.6.1	Responsabilidade objetiva.....	564
5.8.6.2	Pressupostos da responsabilidade	565
5.8.6.3	Os fornecedores responsáveis e a solidariedade..	569
5.8.6.4	A responsabilidade do comerciante.....	571

5.8.6.5	O direito de regresso e a denunciação da lide	573
5.8.6.6	As causas de exclusão da responsabilidade.....	574
5.8.7	Responsabilidade pelo fato do serviço	581
5.8.7.1	Noção de defeito do serviço	582
5.8.7.2	Os fornecedores responsáveis	583
5.8.7.3	Causas de exclusão da responsabilidade	584
5.8.7.4	Responsabilidade do profissional liberal	588
5.8.7.5	A responsabilidade pessoal do médico e o novo Código de Ética Médica	589
5.8.7.6	A responsabilidade dos hospitais e clínicas médicas em face do erro médico	590
5.8.7.7	A responsabilidade das empresas de planos de saúde pelos serviços prestados por médicos e hospitais credenciados.....	593
5.8.7.8	A responsabilização dos provedores de <i>sites</i> de relacionamento por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros e as implicações do novo Marco Civil da Internet.....	595
5.8.7.9	A responsabilização dos editores de <i>blogs</i> por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros ...	599
5.8.7.10	A responsabilização dos Portais de Notícias por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros	602
5.8.7.11	A responsabilização dos Provedores de Busca por associação indevida entre o argumento de pesquisa e o resultado de busca	603
5.8.8	Consumidor <i>bystander</i> (art. 17 do CDC)	605
5.8.9	Responsabilidade pelo vício do produto e do serviço.....	606
5.8.9.1	Responsabilidade objetiva.....	607
5.8.9.2	Os fornecedores responsáveis e a solidariedade ..	608
5.8.9.3	O vício de qualidade do produto	609
5.8.9.4	O vício de quantidade do produto (art. 19).....	614
5.8.9.5	O vício de qualidade do serviço (art. 20).....	615
5.8.9.6	Vício de quantidade do serviço	616
5.8.9.7	Serviços públicos.....	618
5.8.10	Responsabilidade civil pela perda de uma chance.....	623
5.8.11	Responsabilidade civil pela perda do tempo produtivo do consumidor	626

5.9	Decadência e Prescrição	628
5.9.1	Sistemática do CDC.....	628
5.9.2	Decadência.....	628
5.9.2.1	Contagem do prazo.....	629
5.9.2.2	Causas que obstam a decadência (art. 26, § 2.º).....	631
5.9.2.3	Garantia legal e garantia contratual.....	633
5.9.3	Prescrição	635
5.9.3.1	Causas que suspendem ou interrompem a prescrição	636
5.9.3.2	A prescrição de outras pretensões reparatórias	637
5.10	Desconsideração da Personalidade Jurídica.....	641
5.10.1	Desconsideração no Código Civil	642
5.10.2	Desconsideração no CDC	643
5.10.2.1	Hipóteses autorizadoras.....	644
5.10.2.2	A interpretação da cláusula geral do art. 28, § 5.º, do CDC	645
5.10.3	Desconsideração inversa.....	647
5.10.4	Responsabilização societária.....	647
5.10.4.1	Responsabilidade subsidiária do grupamento societário (§ 2.º).....	648
5.10.4.2	Responsabilidade solidária das sociedades consorciadas (§ 3.º).....	648
5.10.4.3	Responsabilidade subjetiva das sociedades coligadas (§ 4.º)	649
5.11	Práticas Comerciais	649
5.11.1	Oferta	649
5.11.1.1	Princípio da vinculação da oferta (art. 30 do CDC).....	650
5.11.1.2	A oferta de componentes e de peças de reposição.....	654
5.11.1.3	A regra da solidariedade estatuída no art. 34 do CDC	655
5.11.1.4	Dever de informar	656
5.11.2	Publicidade.....	659
5.11.2.1	Conceito de publicidade.....	659
5.11.2.2	Publicidade e propaganda	659

5.11.2.3	Publicidade institucional e publicidade promocional	660
5.11.2.4	Controle da publicidade	660
5.11.2.5	Princípios da proteção publicitária do consumidor	661
5.11.2.6	Publicidade enganosa	664
5.11.2.7	Publicidade abusiva	668
5.11.3	Práticas abusivas	670
5.11.3.1	Conceito de práticas abusivas.....	670
5.11.3.2	As práticas abusivas elencadas exemplificativamente no art. 39	671
5.11.4	Cobrança de dívidas.....	678
5.11.4.1	Cobranças abusivas	678
5.11.4.2	Repetição do indébito	679
5.11.5	Bancos de dados e cadastros de consumidores	684
5.11.5.1	Introdução	684
5.11.5.2	Distinção entre bancos de dados e cadastro de consumidores.....	685
5.11.5.3	Bancos de dados de proteção ao crédito.....	685
5.11.5.4	Qualidade das informações.....	686
5.11.5.5	Direitos dos consumidores perante os arquivos de consumo.....	688
5.11.5.6	Responsabilidade pelo cancelamento da inscrição.....	692
5.11.5.7	Limites temporais dos registros negativos	693
5.11.5.8	Dívida discutida em juízo	693
5.11.5.9	Responsabilidade civil pelo arquivamento indevido.....	694
5.11.5.10	Cadastros de reclamações fundamentadas contra os fornecedores.....	696
5.11.5.11	O cadastro positivo. Breve análise da Lei 12.414/2011	697
5.12	Proteção Contratual.....	707
5.12.1	Introdução.....	707
5.12.2	A nova concepção de contrato.....	709
5.12.2.1	<i>Duty to mitigate the loss</i> (dever de mitigar a perda)	710

5.12.2.2	Teoria dos atos próprios: <i>venire contra factum proprium, supressio, surrectio e tu quoque</i>	711
5.12.2.3	Teoria do adimplemento substancial	715
5.12.3	Dirigismo contratual	718
5.12.4	Princípios norteadores	719
5.12.4.1	Princípio da transparência	719
5.12.4.2	Princípio da interpretação mais favorável	720
5.12.4.3	Princípio da vinculação do fornecedor	721
5.12.4.4	Princípio da preservação dos contratos.....	721
5.12.5	Direito de arrependimento (prazo de reflexão).....	722
5.12.5.1.	Direito de arrependimento na compra de passagens aéreas pela internet.....	723
5.12.6	Garantia complementar	726
5.12.7	Cláusulas abusivas	727
5.12.7.1	Definição.....	727
5.12.7.2	Nulidade das cláusulas abusivas.....	727
5.12.7.3	Reconhecimento de ofício.....	728
5.12.7.4	Integração do contrato	729
5.12.7.5	Elenco exemplificativo das cláusulas abusivas	730
5.12.7.6	Controle das cláusulas gerais dos contratos	742
5.12.8	Crédito e financiamento ao consumidor	744
5.12.9	Compra e venda à prestação e alienação fiduciária em garantia	745
5.12.10	Contratos de adesão.....	749
5.12.10.1	Definição.....	749
5.12.10.2	Inserção de cláusula no formulário.....	750
5.12.10.3	Cláusula resolutória alternativa.....	750
5.12.10.4	Contrato de adesão escrito	751
5.12.10.5	Cláusulas restritivas de direitos do consumidor..	751
5.13	Sistema Nacional de Defesa do Consumidor	753
5.13.1	Introdução.....	753
5.13.2	Procon.....	754
5.13.3	Entidades civis.....	755

5.13.4	Sanções administrativas.....	755
5.13.4.1	Competência.....	755
5.13.4.2	Modalidades de sanções administrativas	756
5.13.4.3	Fiscalização e aplicação das sanções administra- tivas	757
5.14	A Defesa do Consumidor em Juízo.....	759
5.14.1	Considerações iniciais.....	759
5.14.2	Tutela individual	760
5.14.2.1	A adequada e efetiva tutela jurisdicional.....	760
5.14.2.2	Ação de cumprimento específico da obrigação de fazer ou não fazer.....	761
5.14.2.3	Competência pelo domicílio do consumidor autor	768
5.14.2.4	Vedação de denunciação da lide e um novo tipo de chamamento ao processo.....	771
CAPÍTULO 6 - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....		773
6.1	Introdução.....	775
6.2	Regramento Constitucional.....	776
6.3	Regramento Infraconstitucional.....	777
6.3.1	Lei de Improbidade Administrativa	778
6.3.1.1	Aplicação da Lei de Improbidade no tempo	779
6.4	Conceito de Improbidade Administrativa.....	780
6.5	A Defesa da Probidade Administrativa como um Interesse Difuso....	783
6.6	Sujeitos do Ato de Improbidade Administrativa	785
6.6.1	Sujeito passivo	785
6.6.2	Sujeito ativo	788
6.6.2.1	Agentes públicos	788
6.6.2.2	Terceiros	798
6.7	Elemento Subjetivo da Conduta Ímproba.....	802
6.8	Modalidades de Improbidade Administrativa.....	804
6.8.1	Enriquecimento ilícito	804
6.8.1.1	Introdução.....	804
6.8.1.2	Elementos essenciais.....	806

6.8.1.3	Condutas específicas elencadas exemplificativa- mente no art. 9.º.....	808
6.8.2	Atos lesivos ao erário.....	819
6.8.2.1	Introdução	819
6.8.2.2	Elementos essenciais.....	822
6.8.2.3	Princípio da insignificância: inadmissibilidade....	828
6.8.2.4	Condutas específicas elencadas exemplificativa- mente no art. 10	830
6.8.2.5	Dos atos de improbidade administrativa decor- rentes de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário.....	851
6.8.3	Atos que atentam contra os princípios da Administração Pública	859
6.8.3.1	Introdução.....	859
6.8.3.2	Norma residual ou de aplicação subsidiária.....	861
6.8.3.3	Elementos essenciais.....	863
6.8.3.4	Condutas específicas elencadas exemplificativa- mente no art. 11	865
6.8.4	Novas figuras de improbidade administrativa.....	873
6.8.4.1	Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001).....	875
6.8.4.2	Lei Eleitoral (Lei 9.504/1997)	877
6.8.5	Lei da Ficha Limpa (LC 135/2010).....	878
6.8.5.1	Rejeição de contas por irregularidade insanável e que configure ato doloso de improbidade admi- nistrativa	878
6.8.5.2	Condenação pela prática de atos dolosos de im- probidade administrativa.....	880
6.9	Sanções	881
6.9.1	Previsão normativa.....	881
6.9.2	Correspondência com os tipos de improbidade.....	882
6.9.3	Espécies.....	884
6.9.3.1	Perdas de bens e valores.....	884
6.9.3.2	Ressarcimento integral do dano.....	885
6.9.3.3	Perda da função pública.....	888
6.9.3.4	Suspensão dos direitos políticos	893

6.9.3.5	Multa civil	894
6.9.3.6	Proibição de contratar com o poder público ou receber incentivos ou benefícios fiscais ou creditícios	895
6.9.4	Aplicação das sanções	896
6.9.4.1	Juízo de improbidade da conduta e juízo de aplicação da sanção	896
6.9.4.2	Parâmetros para a aplicação das sanções	897
6.9.4.3	Aplicação cumulativa das sanções: princípios da proporcionalidade e razoabilidade	898
6.9.4.4	Pode o juiz aplicar sanções não pedidas pelo autor?	899
6.9.4.5	Concurso de condutas e conflito aparentes de normas	900
6.9.4.6	Pode o juiz aplicar sanções abaixo do mínimo legal?	901
6.9.4.7	Cabe condenação apenas à reparação do dano ao erário?	901
6.10	Procedimento Administrativo	903
6.11	Providências Cautelares	905
6.11.1	Indisponibilidade de bens	907
6.11.1.1	Introdução	907
6.11.1.2	Hipóteses de cabimento	908
6.11.1.3	Pressupostos	911
6.11.1.4	Alcance da medida	914
6.11.2	Sequestro	916
6.11.3	Afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função	918
6.12	Ação de Improbidade Administrativa	921
6.12.1	Nomenclatura	921
6.12.2	Competência	922
6.12.2.1	Incorporação ao patrimônio municipal de verba recebida da União	922
6.12.2.2	Malversação ou desvio de verbas públicas oriundas do FUNDEB	925

6.12.2.3	Atos praticados em detrimento de sociedade de economia mista federal.....	927
6.12.2.4	Prerrogativa de foro	930
6.12.3	Legitimação.....	936
6.12.3.1	Litisconsórcio passivo necessário.....	938
6.12.3.2	A posição processual da pessoa jurídica interessada.....	940
6.12.3.3	Sucessão processual no polo passivo	942
6.12.3.4	Legitimidade do Ministério Público Estadual para atuar diretamente como parte em recursos submetidos a julgamento perante o STF e o STJ.....	946
6.12.4	Pedido	947
6.12.5	Procedimento.....	948
6.12.5.1	Transação, acordo ou conciliação	948
6.12.5.2	Fase de admissibilidade da ação	958
6.12.5.3	Ajuste prévio para oitiva de autoridades.....	961
6.12.6	Sentença.....	962
6.12.6.1	Correlação entre pedido e sentença.....	963
6.12.6.2	Independência entre as instâncias	964
6.12.7	Reexame necessário.....	965
6.12.8	Coisa julgada	966
6.13	Prescrição	967
6.13.1	Mandato, cargo em comissão e função de confiança (LIA, art. 23, I)	969
6.13.2	Servidores estatutários e empregados públicos (LIA, art. 23, II).....	970
6.13.2.1	Ato de improbidade administrativa que também configura crime	971
6.13.2.2	Exercício cumulativo de cargo efetivo e cargo comissionado	973
6.13.3	Agentes públicos vinculados às entidades do art. 1º, parágrafo único, da LIA (art. 23, III).....	973
6.13.4	Particulares.....	974

6.13.5	Prescrição intercorrente.....	975
6.13.6	Vários réus	975
6.13.7	Imprescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário	976
6.14	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que Implique Inelegibilidade	980
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	981